

A INCLUSÃO SOB A ÓTICA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DIFICULDADES NA EMEI CATHARINA TOLEDO GERDES – MATÃO/SP

Inclusion under the opinion of the teacher of child education: difficulties in Emei Catharina Toledo Gerdes - Matão / SP

Patrícia Cristina Prevideli de CARVALHO [patiprevi@bol.com.br]

Universidade Federal de São João Del Rei – NEAD.

Praça Frei Orlando, 170 – Centro, São João Del Rei – MG.

Jeferson Rosa SOARES [jsoares77@gmail.com]

Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Av. Itália, Km 8. Secretária: Pavilhão 4 – Sala 4112 a Campus Carreiros, Rio Grande - RS

Tatiane Chaves RIBEIRO [tatianechaves@ymail.com]

Universidade Pontifícia Católica – PUC MG

Av. Dom José Gaspar, 500, sala 109 – Coração Eucarístico, Belo Horizonte – MG.

Dênisson Neves MONTEIRO [denisson.monteiro@ifgoiano.edu.br]

Instituto Federal Goiano – IF Goiano GO.

Rua Rui Barbosa, Quadra 01 Lote 1ª, Setor Aeroporto. Campos Belos – GO.

Resumo

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na escola regular é uma prática almejada por todos, principalmente em se tratando da educação infantil. Porém, embora o professor dessa modalidade se empenhe para tornar a inclusão uma realidade, existem outros fatores que dificultam o processo da inclusão. Este trabalho descreve aspectos conceituais e metodológicos de um estudo realizado com professores da Escola de educação infantil “Catharina Toledo Gerdes”, na cidade de Matão, interior de São Paulo. O objetivo deste trabalho foi estudar as principais dificuldades encontradas pelos professores de educação infantil frente o aluno com NEE. Foi utilizado como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico e a análise de um questionário com questões abertas e fechadas, aplicado a onze professores da escola citada. Os resultados alcançados no estudo demonstram que os professores, embora já possuam alunos com NEE em suas salas de aula, não se sentem preparados para atuar com segurança com o aluno com NEE.

Palavras-Chave: Educação infantil; Inclusão; Dificuldade; Professor.

Abstract

The inclusion of students with special educational needs (SEN) in the regular school is a practice sought by all, especially in the case of early childhood education. However, although the teacher of this modality strives to make inclusion a reality, there are other factors that hinder the process of inclusion. This work describes conceptual and methodological aspects of a study carried out with teachers of the "Catharina Toledo Gerdes" School of Education, in the city of Matão, in the interior of São Paulo. The objective of this study was to study the main difficulties encountered by the teachers of early childhood education with the student with SEN. The methodological procedure used was the bibliographic survey and the analysis of a questionnaire with open and closed questions, applied to eleven teachers of the mentioned school. The results obtained in the study show that teachers, although they already have pupils with SEN in their classrooms, do not feel prepared to act with safety with the pupil with SEN.

Keywords: Children's education; Inclusion; Difficulty; Teacher.

Introdução

A partir da Declaração Mundial de Educação para todos em 1990 e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, de 1994, o Brasil passou a concordar com as declarações, optando por um sistema educacional inclusivo. A partir deste novo sistema, as escolas assumiram o protagonismo no combate à discriminação, organizando-se de forma a oferecer possibilidades de uma educação especial e efetiva à maioria das crianças.

Segundo BRASIL (2000), educação especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Esta modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento. Dessa maneira, todas as escolas, deverão acolher crianças com necessidades educacionais especiais (NEE).

Crianças com NEE são aquelas que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem, ou limitações no processo de desenvolvimento, decorrentes de circunstâncias que podem ser de ordem biológica, psicológica, social e cultural (BOLSANELLO, 2010).

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), as crianças com NEE devem receber todo suporte extra requerido para assegurar uma educação afetiva. A Educação inclusiva é o modo mais eficaz para a construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais

Conforme a declaração de Salamanca (1994), a inclusão deve ser praticada na escola e na sociedade, porém, as escolas ainda apresentam dificuldades físicas, técnicas e de formação para praticar a inclusão, sem preconceitos, medos e/ou discriminação. É preciso buscar conhecimento sobre o tema para que a inclusão seja realmente efetiva no meio educacional e social.

É notória a necessidade de debruçar sobre o tema, uma vez que os cursos de pedagogia trazem a disciplina, porém o aluno, muitas vezes, não tem a vivência da educação inclusiva durante os estágios obrigatórios do curso, o que dificulta ainda mais sua atuação diante de um aluno com NEE.

Esta pesquisa poderá beneficiar e abrir caminho aos alunos portadores de NEE, pois serão acolhidos, entendidos, direcionados ao aprendizado de maneira eficaz. A partir do mapeamento das dificuldades, o professor terá informações valiosíssimas para reconhecer onde estão suas deficiências, seja emocional, psicológica ou intelectual, podendo direcionar melhor seus alunos com NEE.

O trabalho de investigação tem como objetivo estudar as principais dificuldades encontradas pelo professor de educação infantil mediante o aluno portador de NEE. O problema de pesquisa busca verificar se os professores de educação infantil estão preparados para lidar com alunos com necessidades e quais as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem?

Para realizar este estudo a metodologia adotada foi à pesquisa quanti-qualitativa, com levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada em uma Escola de educação infantil EMEI Catharina Toledo Gerdes, na cidade de Matão, interior do estado de São Paulo. Os sujeitos da pesquisa foram dez professores de educação infantil. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com questões semiestruturadas, sendo aplicado de maneira individual.

Ao final deste estudo foi possível considerar que a formação específica bem como a capacitação dos professores é de extrema importância para promover a inclusão, mas também uma

maior aceitação por parte daqueles profissionais e a ampliação dos materiais didáticos específicos facilitam o trabalho do professor com o aluno com NEE.

Referencial Teórico

A educação inclusiva traz muitos benefícios para a família e criança com NEE, para a escola, para os outros alunos e para toda a sociedade. Com os agrupamentos heterogêneos, todos os alunos com e sem NEE são educados juntos. Todos os alunos devem se considerar membros do grupo. Dentro do grupo, o aluno com NEE deve sentir-se bem recebido e assim desenvolver o sentimento de pertença a esse grupo.

Segundo Mantoan (1997), a adesão à inclusão, como uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação, também depende de uma disponibilidade interna, que não é comum a todos os professores. Há professores que têm claro que a inserção é possível, porque tiveram experiências que lhes demonstraram essa possibilidade, outros estão em busca desta certeza e tentam encontrá-la, em cursos, grupos de estudos etc.

Em uma pesquisa realizada por Vitta (2010), no discurso das professoras entrevistadas, o maior ganho para as crianças com NEE inseridas em escola regular relaciona-se a habilidades sociais. Quanto à aprendizagem, o deficiente mental é o que menos se beneficia desse processo, enquanto que o deficiente físico é o que melhor se adapta a ele. Porém nem todas as crianças deficientes são passíveis de serem incluídas em escola regular. Essa percepção está permeada por conceitos impostos sobre educação inclusiva, não contemplada em sua formação.

Certamente, a prática encontra-se fragmentada, priorizando objetivos de socialização distintos daqueles considerados educacionais. Destaca também que deve ser dada atenção especial à formação profissional, de forma que contemple conteúdos relacionados às deficiências e técnicas de ensino, que facilitem o processo de aprendizagem das crianças com NEE.

Em vista do que foi dito, percebe-se que a inclusão se faz necessária e deve estar presente no ambiente escolar e social, porém é necessário um preparo maior por parte do professor, que é o profissional que está em contato direto com este aluno. É preciso criar e pôr em prática estratégias que façam este professor se sentir capaz de conduzir este aluno. Enquanto o professor não tiver “instrumentos” que o ajude nesta prática, a inclusão será apenas uma regra a ser cumprida no papel.

Necessidades Educacionais Especiais – NEE

Necessidades educacionais especiais são aquelas referentes aos alunos que têm alta capacidade ou dificuldade de aprendizado, tendo, portanto, necessidades individuais e particulares.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), crianças com NEE são aquelas portadoras de deficiências, mas também aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja. Dessa forma, todos podem, em algum momento da vida, ser um aluno com NEE.

Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais - Declaração de Salamanca

Em junho de 1994, aconteceu a Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais, na cidade de Salamanca, na Espanha. A conferência sugeriu o seguimento de linhas de Ação em Educação Especial que contribuíram para o início de um processo de transformação tendo como objetivo adequar as escolas para receber os alunos com NEE.

A partir da conferência de 1994, emitiu-se a Declaração de Salamanca, que, em síntese, defendia que todas as escolas deveriam acolher todas as crianças, independente das condições culturais, pessoais, sociais; crianças portadoras de necessidades especiais ou superdotadas (SALAMANCA, 1994) e oferecer condições necessárias para serem educadas em salas regulares com pessoas normais (ARAÚJO, 2013). Na Declaração de Salamanca (1994), foi proclamado que: toda criança tem direito fundamental à educação; possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; os programas educacionais devem ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular.

A mesma Declaração é um documento de extrema importância no que tange a educação para crianças com NEE, tratando de assuntos que direcionam as ações educacionais:

- Orientações para ação em nível Nacional;
- Orientações para ações em níveis regionais e internacionais;
- Linhas de ação em nível nacional (política e organização, fatores relativos à escola, administração da escola, informação e pesquisa);
- Recrutamento e treinamento de educadores; Serviços externos de apoio;
- Áreas prioritárias; Perspectivas comunitárias; Requerimentos relativos a recursos.

A partir da Conferência Mundial sobre NEE, o Brasil passou a ser signatário da Declaração de Salamanca e, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), a educação para alunos com NEE passa a ser a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (LDB, 1996).

Em uma pesquisa realizada por Menegotto (2010), os professores mencionaram que, durante sua formação acadêmica, não tiveram a abordagem sobre a inclusão ou, raramente, tiveram, e que se deparam com a temática nos cursos de extensão ou no próprio ambiente de trabalho. Ficou demonstrado entre os entrevistados um sentimento de desamparo frente à temática, tornando clara a importância de maior atenção e reflexão sobre o tema.

Metodologia

Para realizar este estudo a metodologia adotada foi, quanto à abordagem, a pesquisa quanti-qualitativa e, quanto aos procedimentos, a pesquisa de campo, ou seja, a pesquisa quali-quantitativa se utiliza tanto da abordagem qualitativa quanto da abordagem quantitativa. Onde uma complementa a outra. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), os elementos fortes de um complementam as fraquezas do outro, fundamentais ao maior desenvolvimento da Ciência.

A pesquisa qualitativa não possibilita mensurar os dados, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis, levando-se em conta a subjetividade dos sujeitos, não sendo possível traduzir em números. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos

com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. (FONSECA, 2002, apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Participantes

Participaram da pesquisa onze de doze professores de educação infantil da escola de educação infantil Prof.^a Catharina Toledo Gerdes, localizada na cidade de Matão, interior do estado de São Paulo, no dia vinte e três de maio de 2016. Os mesmos foram orientados quanto à pesquisa, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Procedimentos de coleta de dados.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com questões semiestruturadas, aplicado de maneira individual. Os questionários foram entregues aos professores, em seguida, foram lidas as questões e esclarecidas as dúvidas. Segue abaixo a ficha técnica da investigação:

Ficha técnica da investigação

Características – Dados Particulares	Universo
Universo	Professores de educação infantil da EMEI
Localização	Escola Municipal Educação Infantil “Catharina Toledo Gerdes”.
Tamanho da amostra	11 professores (91,6 % universo)
Erro calculado	+ - 3,5%
Nível de confiança	99,7%
Variáveis de estudo	Formação, Conhecimento, Estrutura, Material.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Análise e Discussão

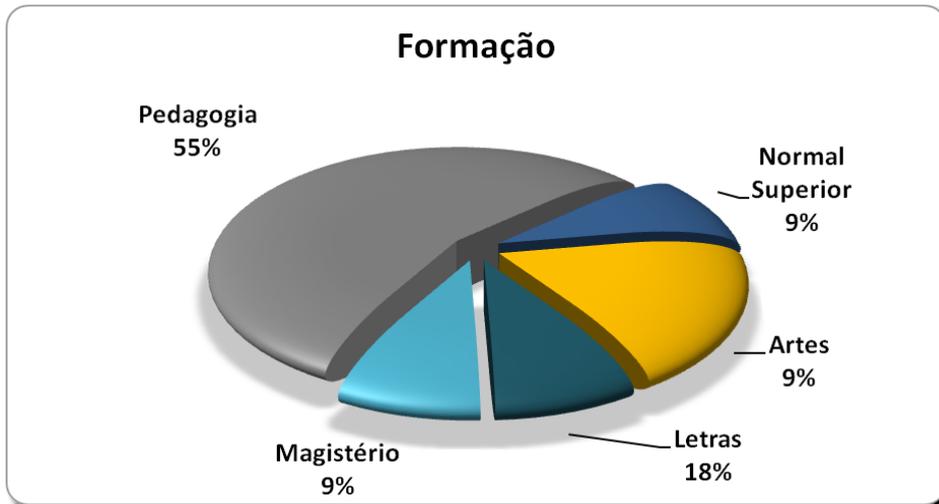
A inclusão de alunos com NEE, na escola tradicional, gera muitas discussões em diversos âmbitos da educação. Frequentemente, vários professores encontram dificuldades quando se deparam com um aluno com NEE. Para esta pesquisa, utilizamos um questionário com questões fechadas e abertas, o que favoreceu o pesquisador fazer a análise dos dados. O questionário foi estruturado em 07 questões fechadas e 03 questões abertas, sendo aplicado para 11 professores da escola de educação infantil “Catharina Toledo Gerdes”, no município de Matão, São Paulo.

O questionário foi dividido em três variáveis, sendo Variável 1: “*Formação e informações pessoais*”, Variável 2: “*Conhecimento sobre NEE*” e Variável 3: “*Estrutura física e material*”.

Variável 1 - Formação e informações pessoais

Conforme investigação, a idade dos pesquisados varia de 29 a 49 anos, o sexo de todas é feminino, a formação principal varia entre Pedagogia, Magistério, Letras e Artes, além disso, a maior parte possui pós-graduação.

Gráfico 1 – Formação

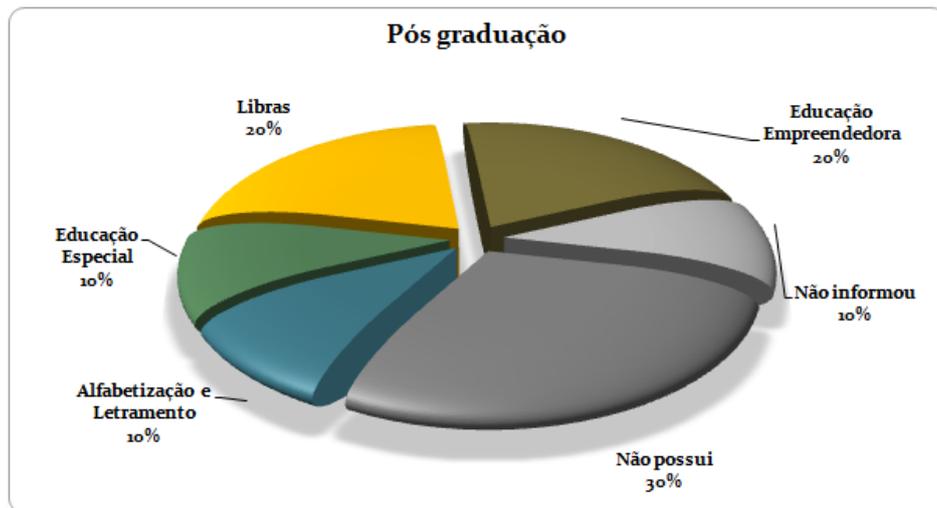


Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à formação, metade dos professores possuem graduação em Pedagogia, seguido de Letras, Magistério, Artes e Normal Superior. Para Vitaliano (2006), antes da reforma na formação de professores, ocasionada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (2002), havia formação de professores especialistas em educação comum e de especialistas em educação Especial.

É necessário que a Pedagogia amplie suas referências epistemológicas, teóricas e metodológicas, assumindo, assim, o desafio de formar educadores capazes de atuar na prática educativa de inclusão de alunos com deficiência.

Gráfico 2 – Pós Graduação



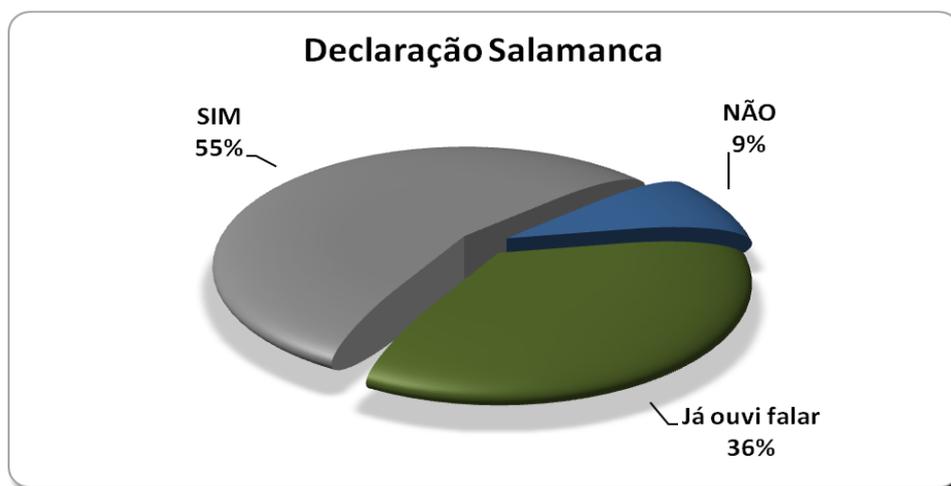
Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que mais da metade dos pesquisados possuem pós-graduação, porém, somente, 10% possui formação em educação especial. A realidade evidenciada por uma pesquisa realizada em âmbito nacional mostrou que os professores, de maneira geral, não estão preparados para receber em sua sala de aula alunos especiais (GLAT *at al*, 2003 *apud* PLETSCHE 2009).

Carneiro (1999 *apud* PLETSCHE, 2009) investigou professores que atuavam em turmas de pré-escola à 4.^a série do ensino fundamental da rede regular de ensino de Juiz de Fora/MG e identificou a necessidade de uma formação continuada para a efetivação com qualidade da educação inclusiva. Segundo Pletsch (2009), a formação dos professores enfrenta um grande desafio, promover novas atitudes, compreender situações ímpares e aprender para a diversidade.

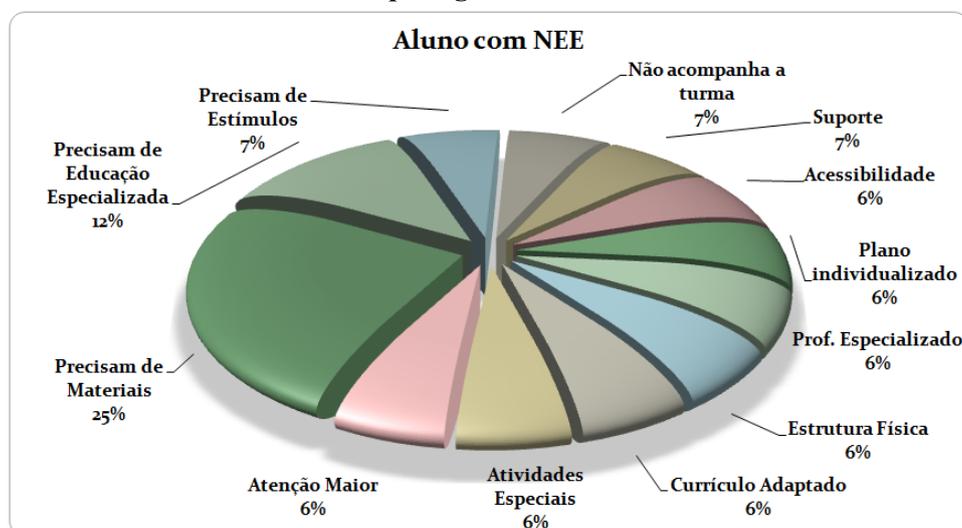
Variável 2 - Conhecimento sobre NEE.

Gráfico 3 – Conhecimento sobre a declaração de Salamanca.



A Declaração de Salamanca é um documento de extrema importância no que tange à inclusão. Já fora elucidado, neste trabalho, do que se trata tal documento. O gráfico demonstra que metade dos professores entrevistados tem conhecimento sobre o documento e 36% já ouviu falar sobre ele, ou seja, sabem do que se trata. Isso demonstra que, de alguma maneira, já ouviram falar sobre o tema.

Gráfico 4 – O que significa “aluno com NEE”.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação à questão - o que significa aluno com NEE - foram citadas várias definições: “alunos que precisam de estímulos diferenciados”, “alunos que necessitam de maior atenção do professor”, “alunos que precisam de suporte”. A maioria dos professores mencionou “alunos que precisam de outros materiais de acordo com sua necessidade” e “o aluno que precisa de uma educação especializada”, respectivamente com 25% e 12%.

O termo ‘necessidades educacionais especiais’ tem sido bastante utilizado nos meios educacionais para diminuir os efeitos pejorativos de nomenclaturas dadas anteriormente para diferenciar os indivíduos em suas particularidades como: limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, etc.

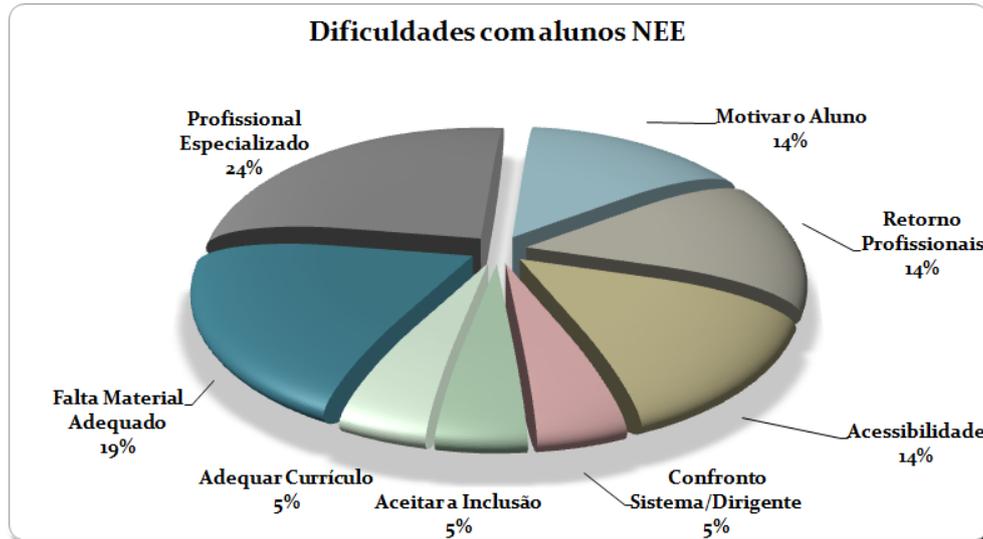
[...] dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências. Na verdade, com o uso dessa expressão, buscou-se deslocar o foco do ‘especial’ do aluno direcionando-o para as respostas educacionais que eles requerem, ou seja, evita-se enfatizar os atributos ou condições pessoais que influenciam diretamente na aprendizagem e escolarização, ressaltando-se a importância do papel da escola no atendimento a cada aluno nas suas necessidades específicas. (FRIAS, 2009).

Gráfico 5 – Presença de Auxiliar de desenvolvimento Infantil (ADI) ou professor auxiliar.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que 54% dos professores responderam que, quando possuem alunos com NEE em sala de aula, a escola dispõe de ADI para auxiliá-lo com o referido aluno e 46% responderam que possuem professor auxiliar.

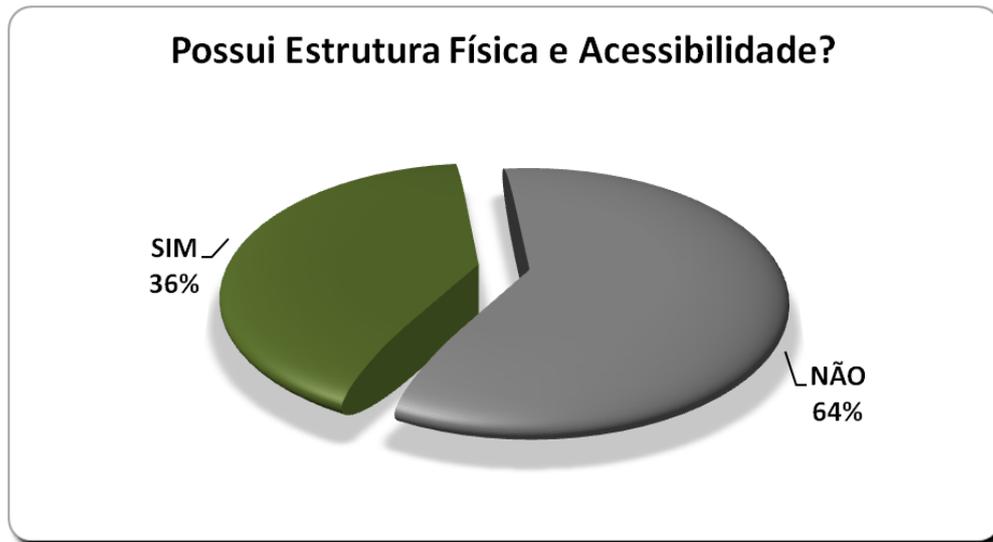
Gráfico 6 – Principais dificuldades em relação ao aluno com NEE.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Perguntado aos professores sobre as dificuldades encontradas por eles em relação ao aluno com NEE, foram citadas várias situações: 24% citaram dificuldades em ter profissionais especializados na unidade escolar, 19% apontaram a falta de material adequado, 14% responderam que motivar o aluno a participar do cotidiano escolar e 14% a falta de acessibilidade como as principais dificuldades encontradas. Os demais citaram “confronto entre sistema e dirigentes, pessoas que não aceitam a inclusão e adequação ao currículo”.

Vitaliano (2007) relata, em sua pesquisa, que as universidades deveriam desenvolver, em seus cursos de graduação e de pós-graduação e em programas de formação continuada, preparação para os professores e profissionais da educação para atuarem frente à diversidade e que os professores destes cursos não estão preparados para formar seus alunos no que tange as NEE. Cerca de 84,2% dos participantes assumiram que não tinham conhecimentos suficientes para incluir alunos com NEE.

A equação da formação do professor vai se complicando quando analisamos que o único critério utilizado para a composição das salas de aula é a faixa etária, levando o professor, muitas vezes, a se deparar com uma variedade de NEE, ou crianças com patologias que apresentam quadros clínicos diferentes, o que exige um tratamento diferenciado e específico. Seria necessário haver na escola uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais da educação e da saúde, contribuindo para a permanência e inserção dos portadores de necessidades especiais no ensino regular (SILVA, 2012).

Variável 3 - Estrutura física e Material.**Gráfico 7 – Unidade Escolar/ Acessibilidade.**

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com o gráfico acima, mais da metade dos professores, 64% responderam que a unidade escolar não possui estrutura física que promova a acessibilidade e 36% responderam que sim. Segundo SILVA (2006), a escola deverá preparar-se para acolher os alunos com NEE, e, para isso, deve contar com uma ação conjunta para promover a acessibilidade, removendo as barreiras arquitetônicas, promovendo a adaptação de mobiliário e produzindo materiais didático-pedagógicos adaptados para esses alunos, de acordo com suas necessidades educacionais.

É muito importante lembrar que o termo acessibilidade diz respeito não apenas à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também ao acesso à rede de informações, de comunicação, equipamentos e programas adequados. Lamônica (2008) destaca que acessibilidade compõe o conceito de cidadania, no qual os indivíduos têm os direitos assegurados por lei que devem ser respeitados. Desta forma, as pessoas devem ser percebidas com igualdade, implicando, assim, no reconhecimento e atendimento de suas necessidades especiais (ANDRADE *at al*, 2007).

“Os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fato: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações entre as pessoas. O Homem como o resultado de sua experiência íntima com o seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais” (TUAN, 1983).

Gráfico 8 – Material Didático Disponível.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Perguntando aos professores sobre ter material didático disponível para os alunos com NEE, 60% responderam que a escola não possui e 40% responderam que sim.

Considerações Finais

Após a análise, foi possível perceber que, embora grande parte dos professores tenha alunos com NEE em suas salas de aula, sua formação básica não foi suficiente para atuar com segurança frente a este aluno e mesmo havendo um professor com pós-graduação na área, ainda há que se ter formação e maior discussão sobre o tema.

Mediante os dados apresentados há que se fomentar no meio acadêmico, social e político, discussões para promover a escola inclusiva de qualidade. Pois, muitas vezes, o aluno com NEE está presente na escola regular, mas isso não significa, necessariamente, que esteja recebendo um ensino de qualidade. A formação do professor, o currículo, a acessibilidade, os materiais didáticos, entre outras questões, devem ser repensados e reavaliados pelas autoridades educacionais para que os professores se sintam preparados e seguros para atuar com qualidade mediante o aluno com NEE.

A educação inclusiva não pode se resumir em promover apenas a socialização do aluno com NEE, mas sim, propiciar a formação dos profissionais que atuam diretamente com este aluno, além de rever sua organização, seus critérios de aprovação ou reprovação. A escola inclusiva não está pronta e construída, está em processo de vir a ser, e se faz todos os dias quando consegue ou luta para diminuir as práticas de segregação ou discriminação, dando oportunidades de aprendizagem e construção de cidadania daqueles que ao longo da história foram marginalizados ou excluídos.

Referências

- ANDRADE, M. S. A.; PACHECO, M. L.; FARIAS, S. S. P. *Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação*. Revista Digital de Pesquisa CONQUER da Faculdade S.,o Francisco de Barreiras, vol. 1, 2007.
- ARAUJO, Carla Ravena Soares. *Os desafios da inclusão do portador de necessidades especiais auditivas em escolas do ensino regular no Brasil: uma revisão da literatura*. 2013. Monografia apresentada ao Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2013.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. *Educação especial inclusiva*. UFP: Curitiba, 2010
- BRASIL. Lei nº 9.394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial*. O que é Educação Especial. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seesp/oquee.shtm>>. Acesso em 30 mai. 2015.
- BRANDAO, Maria Teresa; FERREIRA, Marco. *Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil*. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 19, n. 4, p. 487-502, Dec. 2013
- BRIDI, Fabiane Romano de Souza; MEIRELLES, Melina Chassot Benincasa. *Atos de ler a educação especial na educação infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados*. Educ. Real., Porto Alegre , v. 39, n. 3, p. 745-769, Sept. 2014
- SALAMANCA. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>, acesso em 31/05/2015
- FRAGOSO, F. M. R. A; CASAL, João. *Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais*. Rev. bras. educ. espec., Marília. v. 18, n. 3, p. 527-546, Sept. 2012 .
- FRIAS, Elzabel Maria Alberton, MENEZES, Maria Christine Berdusco. *Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular*. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso - 22/02/ 2016.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de Pesquisa*. Universidade aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- LAMÔNICA, D. A. C et al. *Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru*. Rev. Bras. Educ. Espec. v.14, n.2, p. 177-188, 2008.
- MANTOAN, M. I. E. *Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?* In: _____. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo : Memnon : Editora SENAC, 1997a. p. 119-127.
- MONTEIRO, Denisson Neves; RIBEIRO, Tatiane Chaves. *Ambiente virtual de aprendizagem para formação de docentes em EAD. Um estudo de caso sobre a formação de professores NEAD - UFSJ*. XIII Esud. 2016.
- OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. de; MARTINI, F. de Oliveira; LIPP, L. Kolberg. *Inclusão de alunos com síndrome de Down: discursos dos professores*. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro , v. 22, n. 1, p. 155-168, Apr. 2010 .
- PLETSCH, Márcia Denise. *A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas*. Educ. rev., Curitiba , n. 33, p. 143-156, 2009.

SÃO PAULO. LEI Nº 15.830, DE 15 DE JUNHO DE 2015. Autoriza o Poder Executivo a limitar o número de alunos nas salas de aula do ensino fundamental e médio que têm matriculados alunos com necessidades especiais.

SILVA, Adilson Florentino da. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física* / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SILVA, Fabiana Trevisani; GONCALVES, Eduardo Augusto Vella; ALVARENGA, Kátia de Freitas. *Inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular: revisão da literatura*. J. Soc. Bras. Fonoaudiol., São Paulo, v. 24, n. 1, p. 96-103, 2012.

TUAN, Y.F. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 06/01/2016.

VITALINO, Célia Regina. *Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais*. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 13, n. 3, p. 399-414, Dec. 2007.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de; MONTEIRO, Alexandra S.R. *Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência*. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 16, n. 3, p. 415-428, Dec. 2010.